

## **O ATIVISMO DIGITAL: O PORTAL GELEDÉS E O FEMINISMO NEGRO**

Andréa Geisiane Gomes da Silva

### **RESUMO**

A pesquisa analisa como se dá as teias de relacionamentos do ativismo digital e terá foco na discussão do feminismo negro, utilizando o Portal Geledés - Instituto da Mulher Negra como política pública antirracista, que procura promover a participação social, bem como as igualdades de gênero, raça e classe. A metodologia será a netnografia e o percurso será a avaliação em profundidade.

**Palavras-chave:** Ativismo Digital, política pública antirracista e netnografia.

### **INTRODUÇÃO**

Pretende-se realizar neste trabalho uma pesquisa bibliográfica, netnográfica, profunda e densa sobre o ativismo digital, compreendendo como a liberdade da internet possibilita o crescimento do ciberfeminismo negro, todavia, há uma relação de desigualdade social no acesso a internet.

A escolha do Geledés se deu em relação aos vínculos criados pelos atores sociais - as seguidoras na esfera online e no espaço público urbano. Ou seja, o Portal Geledés propicia a aplicação do ciberfeminismo para propagar os ideais do feminismo negro e emancipar as mulheres negras na esfera virtual e fora dela.

Ao longo da história do feminismo, mesmo com a participação das mulheres negras, os benefícios das causas favoreceram, primeiramente, as mulheres brancas - de classe média e alta - e, só depois, estenderam-se para as classes na periferia e para as mulheres negras. O feminismo deveria conseguir agregar as especificidades das lutas de todas as mulheres. No entanto, as mulheres negras têm subjetividades que as envolvem, ou seja, essas questões perpassam o feminismo e o Movimento Negro Unificado, evidenciando as novas demandas para o movimento de mulheres negras (CARNEIRO, 2011).

### **A HISTÓRIA DA INTERNET, O ATIVISMO DIGITAL, A SOCIEDADE EM REDE E QUARTA ONDA DO MOVIMENTO FEMINISTA**

A história da internet iniciou-se em 1958, no Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A internet é uma criação de abertura/libertação, os primeiros usuários de redes de computadores criaram comunidades virtuais que foram utilizadas como fonte de valores que moldaram o modo de comportamento e organizações sociais. A Web explodiu em 1990 e milhões de usuários começaram a trazer para a Net suas inovações sociais (CASTELLS, 2003).

O movimento feminista – A Quarta Onda - ao se apropriar da tecnologia e das redes

eletrônicas, propiciou o surgimento do ciberfeminismo (ROCHA, 2017). Ou seja, o modo que as mulheres ativistas do movimento feminista utilizam da rede para expandir suas

reivindicações. As mulheres começaram a ter acesso à Rede e terem conhecimento do alcance da tecnologia começaram a utilizar a ferramenta como uma libertação e propagação dos ideais feministas.

O ciberfeminismo pode ser uma fonte de empoderamento feminino, como as ativistas utilizam da rede para ampliar reivindicações, podem encontrar apoio das suas causas, aplicando à internet como elemento essencial para o novo ativismo. Formando assim as usuárias tanto as leitoras quanto as ativistas, como agentes de mudanças de suas vidas.

### **A internet chega a todos?**

Uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados referenciados de 2019, mostra que 82,7% das famílias brasileiras têm acesso à internet. A referida pesquisa mostra no site do Governo Federal que a abrangência da conectividade dos brasileiros está cada vez maior. Todavia, deve-se levar em consideração que a mesma pesquisa foi feita em 2019, antes da pandemia.

Uma reportagem feita pelo site GHZ, feita no dia 26/06/2021, mostra que há uma contradição com os dados que o IBGE fornece. A notícia online que tem o título “Falta de internet ou acesso precário afetam mais pobres e potencializam as desigualdades”.

Na descrição da matéria é notória que mesmo com o acesso dessa família à internet, esse acesso é precário, primeiro por não conseguirem colocar uma rede de wi-fi, segundo por não terem como acessar à internet, em terceiro que essas pessoas só podem ter acesso à internet se elas tiverem dinheiro para colocar créditos que se expirarão em alguns dias. Sendo assim, é correto afirmar que essas pessoas estão conectadas à internet? Como elas milhares de brasileiros vivem na mesma situação e realmente nem mesmo acesso a internet eles conseguem ter.

### **FEMINISMO NEGRO**

As mulheres negras têm subjetividades que o movimento feminista e o movimento negro não suprem por serem tão complexos, tanto na inferioridade da mulher negra em relação ao homem branco e ao negro, como também nos requerimentos das mulheres brancas. A mulher negra nunca foi vista como frágil, pois era ela que sempre esteve na luta, durante muito tempo, nas lavouras escravocratas, na “libertação” dos escravos, nas ruas sendo vendedoras para sobreviver e alimentar seus filhos e sua família, nas casas das senhoras brancas e, hoje, como domésticas nas casas de mulheres brancas de classe média alta (CARNEIRO, 2011).

O movimento feminista ou de mulheres “esquece” da questão racial. As mulheres negras vivenciam a discriminação racial e o machismo dos homens negros e brancos. É necessário a compreensão de que é fundamental a existência - dentro do

movimento feminista - do feminismo negro, para que sejam dados os direitos das mulheres negras, retirados durante décadas e que assim permanecem até os dias atuais.

### **METODOLOGIA**

Pretende-se realizar, neste trabalho, uma pesquisa bibliográfica e netnográfica sobre o ativismo digital, compreendendo como a liberdade na internet, vinculada às redes sociais, constitui-se como mecanismo de mudança social e, ao mesmo tempo, possibilita o crescimento da participação social para a efetivação dos direitos políticos, civis e sociais. Este trabalho estará associado ao campo online da Antropologia social, mas no aspecto eletrônico. Para a análise do Portal Geledés será feito um estudo descritivo, denso e profundo das postagens do blog e do Instagram. O percurso analítico da política pública será a avaliação em profundidade, perpassando seus quatro eixos: análise do conteúdo da política, análise do contexto da formulação da política, trajetória institucional, e o espectro temporal e territorial.

### **RESULTADOS**

No Geledés há vínculos criados pelos atores sociais - as seguidoras na esfera online e no espaço público urbano. Ou seja, o Portal Geledés propicia a aplicação do ciberfeminismo para propagar os ideais do feminismo negro e emancipar as mulheres negras na esfera virtual e fora dela.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Pesquisa mostra que 82,7% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet**. Publicado em 14 abr. 2021 e atualizado em 06. set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-do-micilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>. Acesso em: 13 jun. 2022.

GUSSI, Alcides Fernando. Avaliação de políticas públicas entre modelos hegemônicos e perspectivas epistemológicas emergentes. **Anais... VIII Jornada Internacional de Avaliação de Políticas Públicas**, ago. 2017.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MAZON, Elana. Falta de internet ou acesso precário afetam mais pobres e potencializam desigualdades. **GZH COMPORTAMENTO**. Publicado em 26 jun. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2021/06/falta-de-internet-ou-acesso-precario-afetam-mais-pobres-e-potencializam-desigualdades-ckqcuwyn00ap0180sp3ytrjd.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Pesquisa%20Nacional,7%25%20de%202018%20para%202019>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PORTAL Geledés. **O que é Geledés?** GELEDÉS Instituto da Mulher Negra: São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ROCHA, Fernanda de Brito. **A quarta onda do movimento feminista**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAL Revista Avaliação de Políticas Públicas**, ano I, vol. 1, n. 1, jan-jun, 2008, p. 07-15.